

Eixos de acessibilidade:

caminhos pedagógicos rumo à Universidade Inclusiva¹

Elizabete Cristina Costa-Renders²

Eixos de acessibilidade: caminhos pedagógicos rumo à Universidade Inclusiva

Resumo: O texto apresenta alguns passos no sentido da construção das condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. Tais passos firmam-se na proposta inovadora do paradigma da inclusão onde se dá visibilidade à diferença como característica inerente à condição humana e, conseqüentemente, valoriza-se o saber na perspectiva dos “saberes diferentemente sábios”, ou seja, na perspectiva da diversidade cultural. Especialmente, busca-se dar visibilidade aos diferentes caminhos pedagógicos para a construção da acessibilidade na universidade. Tal movimento indica a necessária superação das barreiras (físicas, comunicacionais ou atitudinais) que se colocam nos caminhos dos aprendizes, bem como à disponibilidade dos docentes em aprender continuamente.

Palavras-chave: educação inclusiva, acessibilidade, universidade.

Abstract: The text indicates some steps towards a permanent construction of access conditions in higher education for disabled or handicapped people. Such steps are based in the innovative proposal of the paradigm of inclusion, whereby visibility is given to difference as inherent characteristic of the human condition; consequently, knowledge is understood as “differently wise’ wisdoms”, that is, in the perspective of the cultural diversity. Especially, it gives visibility to different pedagogical approximations and its contribution in bettering the access to the university. Such movement indicates the necessary overcoming of barriers (physical, communicational or attitudinal), puts oneself in the situation of apprentices, and challenges professors to learn a lifetime long.

Key words: inclusive education, accessibility, university.

¹ Este artigo já foi publicado, em sua versão inédita, na Revista Inclusão: Revista da Educação Especial/MEC, ano III, nº4, junho de 2007, p.16-21.

² Pedagoga, Doutoranda em Educação com pesquisa na área da inclusão, Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, com formação pedagógica pelo Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto. Professora e Assessora Pedagógica para a Inclusão na Universidade Metodista de São Paulo. Email: elizabete.costa@metodista.br.

Introdução

O ingresso no ensino superior é um direito de todas as pessoas, portanto, não cabem processos de seleção que indiquem alunos aptos ou inaptos ao ingresso na carreira universitária. Cabe, sim, à universidade, iniciar o processo de construir-se com uma nova universidade – uma universidade para todos. Para tal, será necessário valer-se de caminhos pedagógicos diferenciados, no sentido da promoção de um processo de construção do conhecimento acessível a todos os aprendizes. Neste sentido, podemos nos valer dos eixos de acessibilidade como caminhos pedagógicos rumo à Universidade Inclusiva.

Caminhos pedagógicos nos remetem, na perspectiva da inclusão, a considerar a diversidade, valorizar as diferenças e, por conseguinte, converter o nosso olhar: das classificações para as relações. Aí percebemos que todos são diferentes: docentes, discentes ou quem mais participe das relações inerentes aos caminhos educacionais. Os próprios caminhos e objetivos são diferentes - cada um faz o percurso a partir do seu jeito ser, os saberes são diferentemente sábios (SANTOS, 2005). Parece, então, que a igualdade é inventada – será?!

Na perspectiva da professora Maria Teresa Mantoan, a “diferença é o que existe, a igualdade é inventada”(MANTOAN, 2006). Entendemos que a igualdade é inventada quando construímos um só jeito de caminhar e o impomos a todas as pessoas da sociedade ou a todos os aprendizes presentes no sistema educacional (desde a educação infantil até o ensino superior). Passamos, então, a viver e alimentar uma ilusão: *o caminho* igual para todos os aprendizes. E mais, a falácia torna-se uma determinação: os que não percorrem *este caminho* são incapazes de aprender. Daí a exclusão: tem aluno que consegue e tem aluno que *não* consegue aprender. Será?!

Especialmente no que toca à inclusão de pessoas com deficiência na universidade, somos desafiados a construir caminhos acessíveis (sejam físicos ou representativos), rompendo as barreiras (físicas, comunicacionais e atitudinais) já existentes e, conseqüentemente, “aprendendo a ser” uma universidade inclusiva – construindo novos e diferentes

caminhos que possam ser percorridos pelos diferentes aprendizes (construção de uma cultura inclusiva na comunidade acadêmica).

1. Rompendo barreiras e construindo caminhos diferentes

*“No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca mais me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra”.*

(Carlos Drumond de Andrade)

O poema de Carlos Drumond de Andrade nos remete ao fato de que, muitas vezes, são as pedras do caminho que demarcam os limites de nossa vida: até onde poderemos ir, de quais espaços sociais poderemos usufruir ou, até, onde desejamos chegar. Padrões de organização social já estabelecidos como legítimos, podem ser pedras no caminho de muitas pessoas – os caminhos de uns podem se tornar pedras no caminho de outros. Um exemplo simples e corriqueiro, mas que violenta o direito de “ir e vir” das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, são as escadarias que estão por aí em todos os lugares. Assim, é preciso, urgentemente, retirar as pedras do caminho para que todos nós cheguemos onde desejamos chegar e exerçamos nosso direito de ir e vir – nosso direito de acesso aos mais diversos espaços sociais e educacionais.

Os eixos de acessibilidade (física, comunicacional e atitudinal) indicam que a existência de espaços acessíveis possibilitará a inserção de alunos com deficiência no ensino universi-

tário. Não existe meio termo nesta questão, não dá para ser mais ou menos acessível, não dá para apenas atender a demanda – “quando chegar o aluno a gente muda o espaço”. Trata-se, inclusive, de exigência legal para autorização e de reconhecimento de cursos (Portaria Nº 3.284/2003). Nestes termos, a consideração da proposta do desenho universal e do novo conceito de incapacidade, proposto pela ONU, possibilitará a equiparação de oportunidades de acesso aos caminhos do ensino superior.

A relevância pedagógica do conceito de desenho universal está na indagação pelas possibilidades de construção dos espaços para além dos padrões estabelecidos e legitimados pela sociedade como formas “normais” de ser e viver. O desenho universal nos desafia a

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (Decreto Nº 5.296, art 16)

Indica-se, portanto, a necessária promoção de “aproximação segura”, “alcance visual e manual” e “circulação livre de barreiras” para todas as pessoas (Decreto 5.296, art 16) nos campi universitários segundo as normas da ABNT. O que nos remete a necessária de implementação de algumas ações, tais como:

- A construção de rampas e de sanitários acessíveis e seguros, bem como instalação de elevadores, eliminação de pequenos degraus e reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- A construção de balcões de atendimento e telefones em dimensões diferenciadas possibilitando o acesso de cadeirantes e pessoas com nanismo;
- A implementação de mobiliário com dimensões diferenciadas (mesas, cadeiras, equipamentos, etc.);
- A sinalização tátil e sonora para pessoas cegas, bem como ampliação e adequação (cores) de sinalização visual para pessoas com baixa visão;

- A eliminação de barreiras (postes inadequados e inúteis, orelhões sem cabine, pequenos degraus, etc.) que possam causar acidentes.

O rompimento de barreiras nos leva à clara percepção da incapacidade como algo compartilhado socialmente - eliminada a barreira, a pessoa é capaz. Assim, nos termos do Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência³, a incapacidade passa a ser considerada como “resultante da relação entre as pessoas (com e sem deficiência) e o meio ambiente” (WERNECK, 2000). O que nos remete à necessária equiparação de oportunidades para todos os aprendizes, algo bastante relevante em termos pedagógicos quando se pretende reconhecer a diversidade humana e valorizar a diferença.

Se a incapacidade é um problema de todos nós, a inclusão também é um processo contínuo de construção comunitária - no sentido de criar as condições de acesso aos ambientes educacionais. Tal percepção exige a partilha de conhecimento e a relação cooperativa na gestão do ambiente educacional, sempre considerando a diversidade e evitando a desconsideração da singularidade dos aprendizes. Assim, para enxergarmos as condições de acessibilidade dos diversos espaços educacionais, faz-se necessário um processo de diálogo contínuo e a criação de uma rede de relações entre as diversas áreas de atuação na comunidade acadêmica, tais como: espaço físico, higiene ambiental, coordenação de cursos, docentes, discentes, direção, secretaria acadêmica, processo seletivo, biblioteca, etc. Trata-se da divisão de responsabilidades na gestão da acessibilidade.

2. Respeitando diferentes formas de comunicação e mediação do conhecimento

*“Falar é tão fundamental na nossa sociedade,
que quem não fala é visto como alguém que não pensa”*

(Lúcia Reily)

³ Documento adotado pela Assembléia Geral da ONU em 3 de dezembro de 1982 e publi-

As pedras do caminho também podem ser ruídos na comunicação que se estabelece no processo de construção do conhecimento. Tais ruídos, por sua vez, podem legitimar falácias no processo educacional, tal qual a indicada na epígrafe acima: somente quem fala, pensa. Tal falácia nos remete à educação de pessoas surdas e ao fato de que a exigência da oralidade pode ser uma pedra no caminho de surdos pré-linguísticos - um exemplo da dimensão das pedras nos processos comunicacionais em educação.

Comunicar demanda conhecimento dos diversos instrumentos mediadores entre emissores e receptores. Se reconhecemos que somos todos diferentes, necessariamente precisamos reconhecer a existência de sistemas sógnicos diversos (sonoro, visual, verbal, tátil, etc) que permitem nos comunicar em qualquer situação. Tal reconhecimento possibilita a valorização da diferença e a construção de abordagens pedagógicas diferenciadas no sentido de romper as barreiras de comunicação no processo de construção do conhecimento no ensino superior.

Como, então, superar as barreiras comunicacionais? Durante a história humana, muitos caminhos já foram construídos neste sentido. Cabe a nós, inicialmente, fazermos uso do que já está aí. A construção do processo de comunicação eficaz para todas as pessoas na comunidade universitária, passa pela implementação de alguns instrumentais e pela busca de apoios humanos, tais como:

- o reconhecimento e a utilização da LIBRAS (processo de comunicação entre professores e alunos, a inserção de intérpretes - seja em eventos ou em sala de aula, instalação de telefone para pessoas surdas,etc.);
- o reconhecimento e a utilização do Braille (processo de comunicação entre professores e alunos, a aquisição de livros em Braille, confecção de provas em Braille, instalação de diretórios em Braille no campus universitário, etc.);

- a implementação de uma Biblioteca Digital para pessoas cegas (Lei 9.610/1998), bem como a instalação de softwares leitores de tela nos laboratórios de informática e na Biblioteca;
- a confecção de material ampliado para pessoas com baixa visão ou a disponibilização de equipamento que amplie textos;
- a utilização de sistema de comunicação on line, como espaço importante de veiculação de mensagens entre professores e alunos.

Entendemos que todas estas ações têm seu valor pedagógico, no momento em que possibilitam a concretização do processo de comunicação no ambiente universitário, seja no que é pertinente aos atores em sala de aula (aluno, professor) ou aos diversos encontros na comunidade acadêmica.

Fazer de uma forma só, ou ensinar de uma forma só, não cabe mais no perfil do ser professor. É preciso aprender a fazer diferente, fazer diferente significa reconhecer os processos de construção de conhecimento utilizados pelos diversos aprendizes que se encontram em sala de aula – é descobrir um jeito de ensinar que comunica a todos e deixa que todos se comuniquem.

Cabe ao professor, em primeiro lugar, conhecer seus alunos, sua história acadêmica, as estratégias já desenvolvidas no seu percurso rumo à construção do conhecimento almejado. Este conhecer é bem simples: é chegar, se apresentar, disponibilizar-se ao diálogo constante – desenvolvendo a “dialogicidade” tão pregada por Paulo Freire (FREIRE, 1987). Trata-se da construção das condições do acesso comunicacional.

3. Convertendo nossos olhares: da classificação ao reconhecimento mútuo

“É incrível como existem ‘humanos’ que não aceitam que as pessoas aparentemente desiguais, com defeitos físicos, ocupem o mesmo espaço que eles”

(estudante anônima)

O olhar das semelhanças é um determinante para a imposição de uma forma desqualificada de ser e aprender às pessoas com deficiência. Deste olhar, decorre a classificação que, por sua vez, produz a exclusão e segregação de pessoas com deficiência nos sistemas educacionais, tal qual a epígrafe acima nos indica.

Lino de Macedo, quando trabalha a cultura das diferenças, nos ajuda a entender este processo. Em suas palavras, a “lógica das semelhanças é a lógica das classes; a lógica das diferenças é a lógica das relações” (MACEDO, 2005). Na cultura das semelhanças, os estudantes devem “apresentar competências e habilidades escolares comparáveis; devem aprender em um contexto em que um mesmo professor ensina do mesmo modo, em um mesmo espaço e tempo didáticos”.(MACEDO, 2005)

Segundo Macedo, o “poder da lógica da classe é abstrair diferenças”. Numa interface com a sociologia das ausências (SANTOS, 2005), entendemos que abstrair diferenças é produzir ausências. É ocultar a experiência de alguns em função da manutenção do padrão do grupo dito normal (na concepção de MANTOAN, seria a “igualdade inventada”). É fortalecer objetivações sociais preconceituosas, discriminatórias e seletivas.

Segundo Macedo, ao lidar com as diferenças há duas possibilidades. Algumas vezes “utiliza-se como estratégia excluir, ignorar, converter; outras vezes, aprende-se pouco a pouco a respeitar e, por isso, a conviver com as diferenças” (MACEDO, 2005). Ao construir uma cultura das diferenças, portanto, as universidades dão visibilidade aos seus diversos estudantes e respeitam a singularidade de cada um. Nestes termos, portanto, quebrar barreiras atitudinais exige o reconhecimento mútuo, sem hierarquizar as diferenças. Entendemos que alguns princípios são fundamentais neste sentido, tais como:

- Respeitar a diversidade e valorizar a singularidade do aprendiz traduz-se na disposição de conhecer a pessoa com deficiência e aprender com ela.

- A pessoa com deficiência é uma catalisadora de práticas pedagógicas diferenciadas e de valores novos, que contribuem significativamente para a garantia da excelência do ambiente acadêmico.
- A educação inclusiva propõe uma nova epistemologia que considera a complexidade humana e permite às pessoas com deficiência o protagonismo sobre suas carreiras acadêmicas.

Os princípios acima indicados podem viabilizar ações no sentido da construção de uma cultura inclusiva no espaço universitário e do conseqüente rompimento das barreiras atitudinais que se colocam no caminho das pessoas com deficiência. Entendemos que a construção de uma universidade inclusiva também se traduz na acessibilidade das relações interpessoais, no sentido do conhecimento recíproco e da superação de preconceitos. O que nos desafia à sensibilização da comunidade e à implementação de espaços de diálogo a respeito da condição humana e da cultura inclusiva na comunidade acadêmica. Assim, podemos indicar alguns passos importantes no percurso rumo à Universidade Inclusiva, tais como;

- Abertura de um Fórum de Inclusão que se reúna periodicamente para discutir questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e no sistema educacional;
- Criação de um grupo interdisciplinar de apoio pedagógico para a inclusão, que considere formas de apoio pedagógico a discentes e docentes, bem como a viabilização da transversalidade do tema inclusão na matriz curricular dos cursos;
- Realização da pesquisa relacionada às necessidades pedagógicas específicas das áreas da deficiência (auditiva, física, mental, visual).

Desenvolver ações interativas que efetivamente respeitem a condição humana em sua complexidade e que priorizem uma cultura inclusiva consoante com uma sociedade mais justa e solidária, na qual possa haver lugar para todos - é o que compete, sem dúvida, também às Universidades. Tal percurso exige a superação de paradigmas exclusivamente car-

tesianos, onde a partir de um padrão estabelecia-se a pertinência nos espaços sociais e educacionais. Evidentemente, se durante séculos fomos ensinados, e aprendemos, a pensar classificando tudo e todos, em tempos contemporâneos, o olhar das diferenças nos incomoda e desafia. Incomoda-nos porque coloca em cheque a nossa competência – temos medo de não saber fazer e de errar. Desafia-nos porque indica o início de um novo processo – o de aprender com as diferenças e, não, simplesmente, fugir delas.

O incômodo do desconhecimento pode ser positivo, se através dele assumimos nossa condição de eternos aprendizes que convivem constantemente com a dúvida e que consideram as cegueiras do conhecimento (ilusão e erro) e enfrentam as incertezas. Neste sentido, MORIN nos adverte que, “de agora em diante, só devemos crer em crenças que comportem a dúvida no seu próprio princípio” (MORIN, 1986), pois “conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza.” (MORIN, 2002) O desafio de aprender a aprender ou, especialmente, aprender com as diferenças, possibilita a construção de um paradigma educacional que é flexível e propício à inovação em vivências personalizadas do aprender a aprender – especialmente no ensino superior.

Referências Bibliográficas:

- AMARAL, Lígia. *Conhecendo a deficiência* (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995, p.150.
- ANDRADE, Carlos Drumond. *No meio do Caminho*. Disponível em: <[www.secrel.com.br / jpoesia / drumm09.html](http://www.secrel.com.br/jpoesia/drumm09.html)>. Acesso em: 31 de maio de 2006.
- BRASIL. Decreto N° 5.296 de 02 de novembro de 2004. Disponível na Internet: <www.mec.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2006.
- BRASIL Ministério da Educação. Portaria N° 3.284 de 07 de novembro de 2003. Disponível na Internet: <www.mec.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2006.
- MACEDO, Lino. *Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 12-18.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão*. Disponível em: <[www.lite.unicamp.br / papet / 2002 / nt / tal.5.htm](http://www.lite.unicamp.br/papet/2002/nt/tal.5.htm)>. Acesso em 20 de setembro de 2006.

MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.277.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.59. (tradução Eloá Jacobina)

REILY, Lúcia. *Escola Inclusiva: linguagem e mediação*, Campinas: Papyrus, 2004, p. 67.

SANTOS, Boaventura Souza. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*, Rio de Janeiro: WVA Editora, 2000,p. 43.